

QUAIS SÃO OS PRÉ-REQUISITOS PARA O CONSENTIMENTO INFORMADO?

Uma pessoa deve ser capaz de fornecer consentimento informado. A menos que se tenha motivos razoáveis para acreditar que um indivíduo é incapaz, existe uma presunção de capacidade.

De acordo com a Lei de Consentimento de Cuidados de Saúde de 1996, uma pessoa está capaz relativamente a um tratamento se estiver:

- (a) Capaz de compreender as informações relevantes para tomar uma decisão sobre o tratamento; e
- (b) Capaz de entender as consequências razoavelmente previsíveis de uma decisão ou falta de decisão.

A capacidade de tomada de decisão pode variar de acordo com a complexidade e gravidade do tratamento proposto. A capacidade pode também variar ao longo do tempo devido à condição física e psicológica subjacente do indivíduo (por exemplo, demência, depressão) ou ao tratamento que ele/ela está a receber (por exemplo, sedação).

Não há idade mínima de consentimento em Ontário. Se o indivíduo estiver capaz, como descrito acima, ele/ela é capaz de consentir (ou não consentir) um tratamento ou plano de cuidados.

PODE UM INDIVÍDUO RECUSAR-SE A CONSENTIR UM TRATAMENTO?

Os indivíduos podem recusar o consentimento de um tratamento ou plano de tratamento proposto, mesmo que essa decisão não pareça ser do seu melhor interesse. Se um indivíduo capaz se recusa a consentir um tratamento, mesmo que seja sustentador da vida, ele não deve ser fornecido. Antes de suspender o tratamento, deve ser feitos todos os esforços para garantir que o indivíduo compreende a natureza da decisão sobre o tratamento e entenda as consequências da decisão.

OS RECURSOS ON-LINE INCLUEM:

Conselho de Consentimento e Capacidade
<http://www.ccboard.on.ca/>
Lei de Consentimento de Cuidados de Saúde
<https://www.ontario.ca/laws/statute/96h02>

*Este guia fornece informações gerais sobre a lei actual nesta área. No entanto, a informação legal não é o mesmo que o aconselhamento jurídico, já que o aconselhamento jurídico é a aplicação da lei às circunstâncias específicas de um indivíduo. Embora tenhamos tentado garantir que as informações contidas neste guia sejam precisas e úteis, recomendamos que consulte um advogado se desejar obter orientação jurídica profissional nessa área que seja apropriada à sua situação específica.

RUNNYMEDE
HEALTHCARE CENTRE

625 Runnymede Rd.
Toronto, ON M6S 3A3
T 416 762 7316
F 416 762 3836
www.runnymedehc.ca



Consentimento Informad para o Tratament

Um guia rápido* par consumidores de cuidados de saúde e provedores de serviços de saúde

Nós tornamos possível.

Consentimento Informado para o Tratamento

CONSENTIMENTO INFORMADO

Os rins de John Smith estão a falhar e deve ser tomada uma decisão em breve sobre se deve ou não começar a diálise.

Foi oferecida uma cirurgia de redução da mama a Alice Santos como opção de tratamento para a sua dor crónica nas costas e desconforto.

Embora tenham sido definidas trocas de curativos duas vezes por dia para o Peter Jones, ele recusou consistentemente a troca de curativos à noite.

Em cada uma das situações acima, antes que o tratamento seja iniciado, é necessário o consentimento informado ou permissão do indivíduo para realizar o tratamento ou plano de cuidado prescrito ou recomendado.

Mas o que significa “consentimento informado”? Quando é que é necessário o consentimento informado? Que tipo de informação deve ser fornecida?

O objetivo deste documento é fornecer algumas informações para consumidores e provedores de serviços de saúde, abordando essas questões e fornecendo sugestões para recursos adicionais.

A Lei de Consentimento de Cuidados de Saúde de 1996 descreve os requisitos legais relacionados com o consentimento para o tratamento e estes foram incluídos quando apropriado.

O QUE É O CONSENTIMENTO INFORMADO?

Fornecer consentimento significa que um indivíduo concorda com o tratamento ou plano de cuidados proposto. De acordo com a Lei de Consentimento de Cuidados de Saúde de 1996, um consentimento para o tratamento é informado se, antes de

(a) a pessoa ter recebido a informação ... que uma pessoa razoável nas mesmas circunstâncias exigiria para tomar uma decisão sobre o tratamento; e

(b) a pessoa ter recebido respostas aos seus pedidos de informações adicionais sobre esses assuntos.

QUAIS SÃO OS ELEMENTOS DO CONSENTIMENTO PARA O TRATAMENTO?

De acordo com a Lei de Consentimento de Cuidados de Saúde de 1996, são necessários os seguintes elementos para o consentimento do tratamento.

1. O consentimento deve estar relacionado com o tratamento (o consentimento para um tratamento em particular não implica necessariamente consentimento para qualquer outro tratamento);
2. O consentimento deve ser informado (a informação requerida é descrita na próxima seção);
3. O consentimento deve ser dado voluntariamente (um indivíduo não se deve sentir coagido ou pressionado a tomar uma decisão específica); e
4. O consentimento não deve ser obtido por meio de falsas declarações ou fraudes (as informações fornecidas devem ser precisas e imparciais).

QUE INFORMAÇÃO PRECISA DE SER FORNECIDA?

A Lei de Consentimento de Cuidados de Saúde de 1996 descreve o tipo de informação que precisa ser fornecida da seguinte forma:

1. A natureza do tratamento;
2. Os benefícios esperados do tratamento;
3. Os riscos materiais do tratamento;
4. Os efeitos colaterais materiais do tratamento;
5. Cursos alternativos de ação; e
6. As consequências prováveis de não ter o tratamento.

QUANDO DEVE SER OBTIDO CONSENTIMENTO?

De acordo com a Lei de Consentimento de Cuidados de Saúde de 1996, o consentimento é necessário para:

Tudo o que for feito para fins terapêuticos, preventivos, paliativos, diagnósticos, cosméticos ou outros relacionados com a saúde, e inclui um curso de tratamento, plano de tratamento ou plano de tratamento comunitário.

QUANDO É QUE O CONSENTIMENTO NÃO É NECESSÁRIO?

Existem certas situações de emergência em que o consentimento não é necessário para o tratamento. Na Lei de Consentimento de Cuidados de Saúde de 1996, uma emergência é definida como uma situação em que a pessoa está a passar por um sofrimento severo ou corre o risco de sofrer danos corporais graves. Os profissionais de saúde devem acompanhar os pacientes e substituir decisores quando o tratamento é administrado numa situação de emergência.